



Instituto Politécnico De Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Emanuel José Carvalho da Costa

Relatório de Estágio em Auditoria Fiscal - Moore Stephens, Management Consultants, Lda.

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Análise Financeira, realizado sob a orientação da Professora Sónia Carla Cura Rito e supervisão de Dra. Anabela de Jesus Nunes Prates.

Coimbra, abril de 2019

Termo de Responsabilidade

Declaro ser o autor deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer pela disponibilidade, aceitação e ensinamentos à Dra. Anabela Prates. O estágio foi realizado com sucesso e com muitas aprendizagens devido, principalmente, ao sempre disponível apoio da minha supervisora que, com todo o seu conhecimento e experiência, me auxiliou durante todo o percurso.

Agradeço também à Dra. Sónia Rito, minha orientadora, por ter aceite orientar-me sem reservas neste fim de ciclo sempre agitado. A sua disponibilidade e apoio foram essenciais para o término deste estágio e consequente relatório.

Durante todo o tempo que compreendeu o segundo ano do mestrado em Análise Financeira contei com o apoio, incentivo e suporte para ultrapassar todas as dificuldades, faltas de tempo e de motivação, da minha incansável e maravilhosa namorada, Mónica.

Desde sempre a torcer e puxar por mim agradeço à minha infindavelmente esperançosa Mãe. Agradeço também ao meu pai, irmãs, irmãos e restante família pelo sempre atento olhar e apoio no meu percurso.

O meu último agradecimento é ao Dr. Pedro Monteiro e à instituição Moore Stephens pela total disponibilidade para que o estágio fosse realizado com o maior sucesso, pela aposta em mim através da formação, dos recursos materiais e humanos disponibilizados para o meu crescimento.

Obrigado a todos.

Resumo

O trabalho apresentado neste escrito surge no âmbito da Unidade Curricular de Estágio integrada no segundo ano do Mestrado em Análise Financeira realizado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra. Com este relatório pretende-se expor as tarefas desenvolvidas ao longo de seis meses de estágio na sociedade Moore Stephens, Management Consultants, Lda., em Lisboa, as quais consistiram na integração do discente no departamento de auditoria fiscal.

O trabalho encontra-se dividido em três partes. Numa primeira parte será apresentado um breve enquadramento teórico da “disciplina”, a sua importância (nomeadamente para a análise financeira das empresas) e o desenvolvimento de alguns procedimentos de auditoria fiscal. Na segunda parte é apresentada a entidade onde foi realizado o estágio e são descritas as tarefas e procedimentos de auditoria realizados, nomeadamente o trabalho específico de auditoria fiscal, planeamento fiscal, recomendações aos clientes com vista à eficiência fiscal, etc. No último capítulo é desenvolvida a temática da recuperação do Imposto sobre o Valor Acrescentado nos créditos de cobrança duvidosa e nos créditos incobráveis. Este regime fiscal é importante para as empresas porque permite a recuperação de um imposto entregue por conta de um terceiro ao Estado, mas nunca reavido. O auditor fiscal/Revisor Oficial de Contas tem aqui um papel importante uma vez que, em determinadas situações, é necessária a sua intervenção.

Palavras-chave: Auditoria Fiscal, Regularização de IVA, Créditos de Cobrança Duvidosa, Créditos Incobráveis

Índice

Termo de Responsabilidade.....	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Índices de figuras	viii
Lista de Abreviaturas e Siglas	ix
INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1. A importância da auditoria para a análise financeira	3
1.2. Noção da auditoria fiscal.....	6
1.3. Fases da auditoria.....	10
1.3.1. Planeamento e avaliação do risco	10
1.3.2. Execução e resposta aos riscos	13
1.3.3. Finalização, conclusões e opinião.....	16
2. O ESTÁGIO	18
2.1. Moore Stephens, Management Consultants, Lda.....	18
2.3. Atividades desenvolvidas.....	20
2.3.1. Formação, envolvimento e adaptação.....	20
2.3.2. Auditoria fiscal	21
3. A RECUPERAÇÃO DO IVA NOS CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA E NOS CRÉDITOS INCOBRÁVEIS	28
3.1. O Imposto sobre o valor acrescentado	28
3.2. Neutralidade fiscal, dedução, exigibilidade e facto gerador	29
3.3. Problemática.....	30
3.4. Créditos com vencimento até de 31 de dezembro de 2012.....	31
3.5. Créditos com vencimento após 1 de janeiro de 2013.....	35

CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

Índices de figuras

Figura 1: Ficheiro de trabalho em Case Ware.	24
---	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

ATA – Autoridade Tributária e Aduaneira

CEOROC – Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CIS – Código do Imposto do Selo

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CLC – Certificação Legal das Contas

CSC – Código das Sociedades Comerciais

EOROC – Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

ISA – *International Standard on Auditing* (Norma Internacional de Auditoria)

ISQC – *International Standard on Quality Control* (Norma Internacional sobre Controlo de Qualidade)

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

REIRE – Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas

ROC – Revisor Oficial de Contas

SS – Segurança Social

INTRODUÇÃO

A opção pelo mestrado em Análise Financeira no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra deveu-se ao gosto pessoal pela atividade financeira e pelos debates na sociedade civil sobre os assuntos financeiros e políticas sobre a temática. No primeiro ano letivo tive a oportunidade de aprender sobre os temas que me encaminharam até este mestrado, tendo aprofundado sobre diversos assuntos ligados a políticas financeiras empresariais, fontes de financiamento, produtos financeiros convencionais (*e.g.* financiamento bancário de mútuo) e alternativos (*e.g.* derivados).

Ainda antes de terminar o primeiro ano letivo, tive a oportunidade de ingressar na minha primeira ligação ao mundo profissional dentro daquilo que eram os meus objetivos profissionais. Assim, comecei a trabalhar numa consultora internacional que presta todo o tipo de serviços financeiros (auditoria financeira, consultoria financeira e fiscal, *outsourcing* em diversas áreas: gestão, financeira, contabilística, fiscal e de controlo). Nesta minha primeira experiência profissional consegui desde logo aplicar diferentes conhecimentos adquiridos no mestrado.

No sentido de dar continuidade à experiência profissional, apesar de com novos desafios, optei por realizar no segundo ano letivo do mestrado um estágio na área de auditoria fiscal. Ao longo do estágio foi possível conciliar os conhecimentos relacionados com a área essencialmente financeira adquiridos ao longo do curso de mestrado com os conhecimentos de auditoria, contabilidade e fiscalidade adquiridos na licenciatura em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Assim, este trabalho pretende expor as tarefas desenvolvidas ao longo de seis meses de estágio na sociedade Moore Stephens, Management Consultants, Lda., em Lisboa, as quais decorreram no departamento de auditoria fiscal.

O relatório de estágio foi dividido em três capítulos. O primeiro apresenta, de um ponto de vista teórico, a auditoria fiscal e os seus agentes, as razões para a sua existência no panorama empresarial e os seus benefícios para a sociedade e para o Estado, enquanto recetor e redistribuidor da receita gerada.

No segundo capítulo é apresentada a entidade acolhedora, Moore Stephens, Management Consultants, Lda., referindo a sua história, a sua atual estrutura, os serviços prestados e

principais clientes. Ainda neste capítulo são descritas as matérias e os procedimentos desenvolvidos no período de estágio.

No terceiro e último capítulo é desenvolvida a temática da recuperação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) entregue ao Estado no âmbito de créditos considerados incobráveis ou de cobrança duvidosa e o papel do auditor nesse processo, a qual está atualmente sujeita a dois regimes que se dividem de acordo com a data do vencimento do crédito. Destaca-se ainda a importância que estes regimes apresentam na liquidez das instituições.

O trabalho termina com algumas conclusões.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A importância da auditoria para a análise financeira

A análise financeira está relacionada de forma decisiva com a auditoria. A auditoria financeira (e a fiscal num tópico mais restrito) tem como objetivo a garantia de confiança nas demonstrações financeiras e que as mesmas transmitem a posição financeira e o desempenho da entidade de acordo com os normativos em vigor. Desta forma, a auditoria às contas é muito importante para a confiança dos analistas financeiros e do mercado em geral na respetiva Certificação Legal das Contas (CLC) (Neves, 2015).

A análise financeira é o exame de documentos contabilísticos financeiros históricos com o intuito de “examinar a evolução da situação financeira e da rentabilidade da empresa, com vista a detetar tendências futuras e a dar recomendações sintonizadas com a estratégia da organização” (Neves, 2015, p.31).

A análise económica e financeira resulta de dados resultantes das atividades reais escriturados e mensurados economicamente. A análise financeira realizada por analistas dos mercados financeiros, por especialistas em finanças empresariais, por avaliadores de empresas, e por tantos outros profissionais tem, na sua maioria das vezes, como base informação recolhida pela contabilidade e sintetizada nos reportes elaborados pelos órgãos de gestão. Por conseguinte, poder-se-á afirmar que a contabilidade, o resultado da sua aplicação e conclusão apresentada nos Relatórios e Contas é muito do que é o suporte para a maioria das opções tomadas pelos investidores, analistas financeiros, entre outros.

Estando a análise financeira tão dependente da informação contabilística, e não sendo os órgãos de gestão entidades isentas na informação prestadas aos utentes, é importante que uma terceira entidade, independente e tecnicamente capaz, certifique o que é transmitido aos interessados nas demonstrações financeiras. Essa certificação é emitida pelos Revisores Oficiais de Contas que dão a sua opinião sobre o Relatório e Contas na CLC.

A auditoria é, portanto, essencial para a análise financeira na medida em que confere fiabilidade e credibilidade ao *input* necessário. A auditoria exerce essa função através da análise, teste ou verificação à conformidade da contabilidade e de outros factos relevantes da entidade que resultaram nas demonstrações financeiras.

Os utentes das demonstrações financeiras deverão ter em consideração a opinião manifestada na CLC por forma a tomarem decisões informadas e com base em dados cuja fiabilidade foi testada por técnicos independentes.

A informação auditada reveste-se de interesse para diferentes utilizadores, nomeadamente para os acionistas que pertencentes ao órgão de administração ou para a banca caso seja credora da entidade. Também as autoridades fiscais são sempre utentes interessados na opinião do auditor uma vez que estes podem indicar operações que são potencialmente valores a coletar pela fazenda pública. A auditoria fiscal (na maioria das ocasiões enquadrada no âmbito da auditoria financeira) é essencial para identificar riscos de obrigações fiscais que poderão ser materiais para a compreensão das demonstrações financeiras.

No entanto, o auditor não está isento da possibilidade de errar e dos riscos associados à sua atividade. A auditoria é uma atividade que se deve ajustar ao desenvolvimento e avançar dos tempos. A complexidade da realidade financeira cria desafios e potenciais limitações à auditoria. Entre algumas dessas limitações podemos identificar as milhões de transações que resultam num mesmo número de movimentos contabilísticos que uma entidade pode realizar, na complexidade de determinados produtos financeiros (*e.g.* produtos financeiros derivados) de difícil previsibilidade quanto à sua onerosidade ou benefício para entidade¹.

Importa ainda realçar que, não raras vezes, os utilizadores das demonstrações financeiras esperam que auditor opine sobre a existência de fraude ou elisão. No entanto, a procura da fraude não é a função primordial de uma auditoria financeira. O objetivo da auditoria financeira no âmbito da revisão das contas é dar a opinião sobre se as demonstrações financeiras e o relatório de gestão são apresentados de forma verdadeira e apropriada sem distorções materiais de acordo com o normativo contabilístico aplicável, ou seja, sem distorções que possam alterar a perceção do utilizador das demonstrações financeira e sobre a informação real da entidade.² Embora a função do auditor não seja a deteção de

¹ Para um estudo mais aprofundado, veja-se Higson (2009).

² A auditoria forense é a categoria de auditoria desenvolvida com objetivo específico de detetar fraudes. Nestas auditorias, a materialidade não é relevante uma vez que o que está em causa é a deteção de fraudes e não a informação transmitida pelas demonstrações financeiras e relatório de gestão ou outro tipo de informação ao mercado.

fraude, o auditor deverá tomar ações que, tendo em vista a finalidade do seu trabalho, possa identificar situações de potencial ilegalidade e agir em conformidade. Ou seja, o auditor, não garantindo a existência ou não de fraude, deverá, no entanto, estar alerta para a possibilidade da sua existência e caso se depare com uma situação deve atuar de acordo com os princípios profissionais que lhe são exigidos.

O relatório de gestão, da responsabilidade da gerência ou administração (conforme artigo 65.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais (CSC³)), contém informação que acerca de acontecimentos passados assim como informação previsional, mais ou menos detalhada de acordo com a opção do órgão de gestão. Relativamente à análise de acontecimentos passados, o auditor poderá ter conhecimento detalhado que permita confirmar ou refutar a informação divulgada. No entanto, relativamente às previsões apresentadas, o auditor na maioria dos casos não tem informação disponível que o permita opinar de forma convicta e suportada acerca da probabilidade de acontecimento. Pese embora que em situações de dúvidas quanto à continuidade da entidade, as previsões são de extra relevância para o auditor.

No entanto, para o analista financeiro, a relevância da informação previsional comunicada não é relevante unicamente quando está em causa a continuidade da entidade. As empresas devem não só subsistir como devem procurar sempre aumentar o seu valor. Nesse sentido, a incapacidade lógica do auditor poder emitir opinião sobre acontecimentos futuros é uma limitação da auditoria financeira (e fiscal) muito relevante para os analistas e investidores nos mercados financeiros e de capitais.

Apesar das limitações referidas, a opinião do revisor oficial de contas (ROC) sobre a informação financeira disponibilizada aos utentes (nomeadamente aos analistas financeiros) é um garante de que se tomam decisões com base em informação e valores expurgados de distorções relevantes.

A auditoria pode então ser entendida como um mecanismo de cobertura do risco de informação, procurando garantir que a informação publicada apresente os parâmetros de qualidade que se exigem para a tomada de decisões económicas.

³ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, com entrada em vigor a 1 de novembro de 1986.

1.2. Noção da auditoria fiscal

A auditoria fiscal pode ser apresentada como um exame suportado num conjunto de procedimentos com o objetivo de analisar a conformidade fiscal para emitir uma conclusão e consequente opinião sobre as práticas e procedimentos fiscais (ou a sua falta) aplicados por uma entidade. As práticas e procedimentos percorrem todo o percurso do imposto, desde o fato que gera a entrega de um tributo futuro e/ou obrigações declarativas até à respetiva entrega do tributo e/ou declaração ao Estado.

A noção acima apresentada é uma perspetiva do autor. A definição de auditoria fiscal não se configura simples em poucas palavras. Nesse sentido, de seguida são citadas algumas definições apresentadas por outros autores que, com diferentes perspetivas e objetivos, nos seus escritos apresentam o seu olhar sobre a disciplina. Para Gonçalves e Soares (1994) citados por Gonçalves (2010, p. 9):

“(...) podemos considerar a Auditoria Fiscal como uma parte autónoma da Auditoria Financeira, realizada quer pela empresa quer pelo Estado, e que apresenta como principal objetivo certificar-se de que as Demonstrações Financeiras foram preparadas em estreita observância aos princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) e de que não enfermam de erros que de algum modo possam vir a deturpar o seu resultado, influenciando negativamente o resultado fiscal e consequentemente o imposto devido ao Estado.”

No mesmo trabalho, Gonçalves (2010, p. 16) refere que:

“(...) a Auditoria Fiscal constitui um importante instrumento ao serviço da gestão das empresas e um indispensável mecanismo para acautelar os interesses do Estado na presença de situações irregulares do ponto de vista da arrecadação de impostos.”

No que respeita aos procedimentos utilizados pelo auditor, Amorim (2016, p. 4) salienta que:

“Toda a auditoria fiscal requer a execução de procedimentos próprios destinados a averiguar a fiabilidade e credibilidade das informações financeiras divulgadas pelos sujeitos passivos de IRC [Imposto sobre o Rendimento das Pessoas

Coletivas] e assim prevenir e combater eventuais situações de evasão e fraude fiscais.”

Para Lourenço (2000 p. 66) o objetivo da auditoria fiscal é o exame da:

“(...) situação fiscal da empresa, tendo em vista o controlo da regularidade fiscal, assim como o conhecimento dos erros e dos riscos que decorrem da prática desses erros de forma a contribuir para uma maior eficiência fiscal.”

Também Guimarães (2001, p. 351), citado em Amorim (2016, p. 4), salienta que a auditoria fiscal:

“(...) visa essencialmente a verificação do cumprimento da legislação fiscal por parte do sujeito passivo e do seu correspondente relato nas demonstrações financeiras.”

As definições apresentadas expõem diferentes ângulos de olhar a auditoria fiscal. Gonçalves (2010) e Amorim (2016) detêm um olhar mais “Estadista” e social da auditoria fiscal, ao expressarem um interesse do Estado na arrecadação de receitas e de prevenção e combate a situações eventuais de evasão e fraude fiscal. Ambas as definições abordam em grande medida o ponto de vista da inspeção tributária cujo procedimento de inspeção tributária visa a observação das realidades tributárias, a verificação do cumprimento das obrigações tributárias e a prevenção das infrações tributárias (n.º 1 do artigo 2º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira⁴). Contudo, importa realçar que os trabalhos divulgados pelos autores não se cingem apenas ao papel do inspetor tributário na auditoria fiscal, mas também focam o olhar não coletor do auditor e consultor fiscal.

Por outro lado, a definição avançada por Lourenço (2000) tem em conta, essencialmente, os interesses da empresa. Um planeamento fiscal eficiente e, na maioria das situações⁵, pouco suscetível de litígios com a Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) será certamente o que os empresários e órgãos de gestão esperam quando recorrem aos serviços especializados de auditores e consultores fiscais. Note-se que esta perspetiva da

⁴ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1999.

⁵ A expressão “na maioria das situações” é apresentada uma vez que quando as entidades optam por um planeamento fiscal “agressivo” estão a expor-se conscientemente a potenciais riscos de litígios e contenciosos fiscais.

empresa ou do sujeito passivo dos impostos não deve ser confundida com a de quem procura subterfúgios na lei para escapar ao imposto, da elisão fiscal ou mesmo da fraude e evasão fiscal. Estas situações menos claras, que procuram evitar ou defraudar a lei fiscal, não se enquadram nos serviços de auditoria ou consultoria fiscal, que por sua vez assentam numa correta aplicação e utilização da lei fiscal, onde o sujeito passivo do imposto se deve “mobilizar”. A eficiência fiscal faz parte desse intervalo de “movimento” uma vez que se o legislador criou benefícios e vantagens fiscais terá sido com o propósito social de alavancar ou proteger alguma atividade produtiva, ação social ou ambiental ou pessoas com determinadas “especificidades”⁶.

Estas exposições são a expressão de diversas realidades que ocorrem na auditoria fiscal: a realizada pelo auditor fiscal contratado para avaliar a eficiência fiscal da empresa e apresentar potenciais distorções legais que estejam a ocorrer; a do inspetor tributário que tem como objetivo conferir se a legislação fiscal e contabilística está a ser adequadamente aplicada por forma a que o Estado não seja lesado na sua receita; e a do ROC que tem de emitir uma CLC que é pública e cuja obrigação pode surgir de disposição legal, estatutária ou contratual (artigo 42.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas⁷ (EOROC)).

No âmbito deste trabalho será abordada com maior profundidade a auditoria fiscal enquanto disciplina autónoma e enquanto parte integrante de uma revisão legal das contas. A auditoria fiscal como inspeção tributária não será aqui desenvolvida uma vez que durante o estágio não foram desenvolvidos quaisquer assuntos ou temáticas que tivessem em conta o trabalho do inspetor tributário. No entanto, quando se considerar oportuno será chamada a figura da inspeção tributária como ponto de comparação.

Na execução de uma auditoria fiscal é aplicado um conjunto de procedimentos para testar as matérias e declarações fiscais das entidades a quem se presta serviços.

Os procedimentos utilizados são, em muitos aspetos, idênticos ou semelhantes aos aplicados numa auditoria financeira, uma vez que a contabilidade financeira é também a

⁶ As “especificidades” são, por exemplo, as pessoas singulares com deficiência ou as Instituições Particulares de Solidariedade Social. Efetivamente, existem algumas pessoas singulares ou coletivas que, pelas suas características e/ou objetivos, usufruem de determinados benefícios fiscais que o legislador intencionalmente redigiu.

⁷ Aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2016.

fonte de informação privilegiada para a maioria das questões fiscal. Contudo, já são muito conhecidas as divergências de tratamento no que respeita às normas contabilísticas e fiscais. Ou seja, nem sempre o que na contabilidade apresenta uma natureza verifica o mesmo tratamento no que aos tributos diz respeito. Estas situações podem acontecer por preceitos formais (*e.g.* a informação que conta das faturas de acordo com o n.º 5 do artigo 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado⁸ (CIVA)) ou princípios materiais ou substanciais como a não aceitação de certo ato para efeitos fiscais (*e.g.* limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento prevista no artigo 67.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas⁹ (CIRC)).

Dado os riscos decorrentes do não cumprimento das normas fiscais (seja por negligência ou dolo), nomeadamente ao nível de coimas que podem colocar em causa a tesouraria e os rácios financeiros da entidade, é de toda a importância que os mesmos estejam detetados, calculados e os procedimentos adequados sejam tomados para o interesse do sujeito passivo dentro das margens da lei fiscal.

Não será despidendo referir que, mesmo no caso de a auditoria fiscal ser realizada no âmbito de uma auditoria financeira, a mesma deve ser utilizada pelas entidades para melhorar os seus aspetos fiscais e não para olhar para os auditores como alguém que persegue o erro para penalizar (como é, geralmente, o olhar do contribuinte em relação ao inspetor tributário). Não raras as vezes, o auditor financeiro mune-se do apoio de um especialista em fiscalidade/direito fiscal para ter uma auditoria mais completa e minorar o risco de auditoria¹⁰. Este facto deve ser aproveitado pela entidade para poder usufruir de um conjunto de recomendações semelhantes ao que obteria através de uma auditoria fiscal autónoma¹¹.

⁸ Aprovado pelo Decreto-lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, com entrada em vigor a 1 de julho de 1985, e republicado no Decreto-Lei n.º 102/2008, de 20 de junho.

⁹ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 1989, e republicado na Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro.

¹⁰ O risco de auditoria é o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada sobre as demonstrações financeiras (Almeida, 2017).

¹¹ Apesar dos dois exames não utilizarem exatamente os mesmos procedimentos (nomeadamente, por questões de materialidade e outros procedimentos específicos da auditoria financeira), este tipo de auditoria pode ser um contributo valioso para minorar potenciais erros fiscais que perante uma inspeção tributária podem originar consequências gravosas.

Apesar das diferenças existentes entre a contabilidade e o direito fiscal, não será inadequado considerar a auditoria fiscal como uma “expressão” da auditoria financeira, seja por ser realizada no âmbito desta, seja por utilizar a mesma base conceptual e procedimental.

1.3. Fases da auditoria

A auditoria fiscal, tal como a auditoria financeira, deve estar assente em três fases:

- 1.^a fase: Planeamento e avaliação do risco;
- 2.^a fase: Execução e resposta aos riscos;
- 3.^a fase: Finalização, conclusões e opinião.

Não serão expostos detalhadamente os procedimentos de cada fase de auditoria, sendo apenas desenvolvidos os pontos que se distinguem e são mais relevantes numa auditoria fiscal.

1.3.1. Planeamento e avaliação do risco

A fase do planeamento tem como principal objetivo a perceção das áreas importantes a analisar, antecipar, identificar e localizar problemas e/ou potenciais riscos para a entidade auditada e para a própria auditoria. Nesta fase deverá ficar definida a metodologia e estratégia de trabalho, os procedimentos a realizar e quem os irá efetuar. O impacto do planeamento acontecerá aquando da realização dos procedimentos de auditoria na recolha de prova, nas análises às áreas operacionais e financeiras. Estes tenderão a ser mais eficazes e eficientes se existir um planeamento que consiga detetar as áreas de riscos e os procedimentos de auditoria necessários para os testar e obter uma opinião final sobre o objeto da auditoria, seja de objeto fiscal, financeiro ou outro.

Assim, uma das primeiras tarefas a realizar na fase do planeamento é o correto conhecimento da entidade a auditar e compreensão de toda a sua envolvente.

De facto, o panorama fiscal não se extingue numa aplicação taxativa de leis tributárias a realidades fixas. Torna-se imperioso a interpretação e adaptação da legislação à realidade do sujeito passivo e do ato gerador, podendo a objetividade e/ou subjetividade ditar situações de sujeição, não sujeição ou isenção. Nesse sentido, é muito relevante para o auditor fiscal que, na fase de planeamento, se compreenda a estrutura da sociedade a

auditar, a sua atividade e forma de a exercer, e os diplomas legais que abrangem a sociedade e a sua atividade. Esta panóplia de informação, que poderá ser mais vasta do que a anteriormente referida, servirá para a compreensão da entidade e um correto enquadramento do ponto de vista fiscal.

O conhecimento e contexto da sociedade a auditar permitem avaliar os riscos fiscais a que a sociedade e a sua atividade poderão estar sujeitas e, por sua vez, as áreas fiscais sobre as quais a auditoria deverá ter análises mais profundas e de maior detalhe.

Neste processo (contínuo) de obtenção de compreensão do seu cliente e da sua envolvente, o auditor terá, logo na fase de planeamento, de aplicar alguns procedimentos de auditoria, tais como indagações, inquéritos, procedimentos analíticos e ainda observações e inspeções.

Os primeiros intervenientes no processo a indagar devem ser os órgãos de gestão para perceber a sua perceção sobre os procedimentos definidos (ou não) da organização. O objetivo passa nomeadamente por adquirir conhecimento que permita avaliar o funcionamento do controlo interno no que respeita a questões com relevância fiscal. Assim, o auditor deverá questionar as chefias e os funcionários que procedem ao tratamento documental, preenchem e submetem declarações que terão impacto fiscal. Será de toda a importância perceber como as diversas áreas da organização trabalham, se relacionam, produzem, documentam os diferentes processos (*e.g.* receção de materiais, valorização dos produtos, folhas de despesas, emissão de faturas, aceitação de faturas, emissão e aceitação de notas de débito e de crédito). Os procedimentos de compreensão da entidade em toda a sua “cadeia de produção” e organizativa (avaliação dos controlos) poderão permitir identificar riscos fiscais que só com a observação e inspeção documental não seriam possíveis.

Os procedimentos analíticos¹² são também uma importante ferramenta para a perceção da entidade e dos seus riscos. Por exemplo, é possível analisar os impostos suportados pela empresa com as suas vendas e/ou aquisições, entre outros rácios relacionados com os impostos. Os rácios deverão ser comparados com empresas do mesmo setor dentro da

¹² De acordo com a Norma Internacional de Auditoria (ISA) 520 - Procedimentos Analíticos, procedimentos analíticos correspondem a apreciações da informação financeira através da análise de relações plausíveis não só entre dados financeiros como também não financeiros.

mesma jurisdição uma vez que devem incidir sobre elas as mesmas normas fiscais. Caso contrário, estar-se-á a comparar tributos de empresas cujo normativo fiscal a pesar sobre elas não é igual, não sendo, portanto, realidades comparáveis atendendo ao objetivo da auditoria em análise.

Por fim, os procedimentos de observação e inspeção de documentos (certidões, escrituras, etc.) são extremamente importantes para a formação de uma opinião detalhada dos aspetos fiscais da entidade.

Com base na informação adquirida da sociedade e da sua informação financeira histórica dever-se-á ter a capacidade para identificar as características do trabalho a realizar com maior pormenor, conhecer os procedimentos e controlos da entidade, perceber a extensão dos trabalhos, planear a tempestividade da auditoria, entre outras componentes que poderão ser do julgamento profissional do auditor/consultor/inspetor fiscal.

Na fase do planeamento, deverá ainda ter-se em conta a independência de toda a equipa de auditores.

Também a materialidade¹³ é definida na fase de planeamento, sendo esta uma matéria de julgamento profissional¹⁴ e deverá ser adequada à dimensão da entidade e ao risco fiscal¹⁵ inerente.

¹³ A ISA 320 - *A materialidade no planeamento e na execução de uma auditoria* não apresenta uma definição tipificada apresentando noções da doutrina e do debate público como “distorções, incluindo as omissões, são consideradas materiais se se esperar que, individualmente ou em conjunto, influenciem as decisões tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras; Os julgamentos acerca da materialidade são feitos à luz das circunstâncias envolventes e são afetados pela dimensão ou natureza de uma distorção ou pela combinação de ambas; e Os julgamentos sobre questões que sejam materiais para os utentes das demonstrações financeiras baseiam-se na consideração das necessidades comuns de informação financeira dos utentes como um grupo. Não é considerado o possível efeito de distorções sobre utentes individuais específicos, cujas necessidades podem variar amplamente.”.

¹⁴ A ISA 200 – *Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria* de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, julgamento profissional consiste na aplicação de formação, conhecimento e experiência relevantes, no contexto das normas de auditoria, de contabilidade e éticas, para tomar decisões com fundamento acerca das linhas de ação apropriadas nas circunstâncias do trabalho de auditoria.

¹⁵ O risco da auditoria fiscal refere-se ao risco de o auditor fiscal emitir um documento ou opinião pública existindo incorreções consideradas materiais. Semelhante definição é fornecida pela ISA 200 – *Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria* de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria quando se refere ao risco de auditoria. Os riscos de uma auditoria fiscal serão muito semelhantes aos riscos de uma auditoria financeira, nesse sentido não serão alvo de desenvolvimento neste trabalho.

Numa auditoria fiscal, o cálculo da materialidade não tem de seguir os mesmos critérios da auditoria financeira, no entanto tenderá a seguir. Se os trabalhos ocorrerem no âmbito de uma auditoria financeira, fará sentido a materialidade ser calculada com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras¹⁶. Sendo exclusivamente uma auditoria fiscal, a materialidade deve ser adequada exclusivamente à componente tributária. Assim, o cálculo da materialidade para trabalhos de índole fiscal deverá ter em consideração as especificidades fiscais da entidade (*e.g.* tributos específicos de um determinado setor com cálculos complexos, entidades com ramificações em diversas geografias com legislação fiscal diversa, atos geradores diversificados cuja tributação se pode enquadrar em diversos diplomas legais).

1.3.2. Execução e resposta aos riscos

Nesta fase da auditoria, dever-se-á obter prova suficiente e apropriada para suportar a opinião a ser emitida pela CLC ou pelo Relatório de Auditoria Financeira ou Fiscal (seja este emitido auditores internos, por consultores ou por órgãos públicos). Nesta senda, o parágrafo A1 da ISA 500 – Prova de Auditoria realça que a “prova de auditoria é necessária para suportar a opinião e o relatório do auditor”. No seguimento, o parágrafo A2 da mesma norma refere que a maior parte do trabalho do auditor na formação da sua opinião consiste em obter e avaliar prova de auditoria. Os procedimentos de auditoria para obter prova podem incluir, além de indagação¹⁷, a inspeção¹⁸, a observação¹⁹, a confirmação²⁰, o recálculo²¹, a reexpressão²² e procedimentos analíticos²³, muitas vezes nalguma combinação.

¹⁶ Para um estudo mais aprofundado, veja-se a ISA 200 - Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria.

¹⁷ Vide parágrafo A22 da ISA 500 – Prova de auditoria.

¹⁸ Vide parágrafo A14 da ISA 500 – Prova de auditoria.

¹⁹ Vide parágrafo A17 da ISA 500 – Prova de auditoria.

²⁰ Vide parágrafo A18 da ISA 500 – Prova de auditoria.

²¹ Vide parágrafo A19 da ISA 500 – Prova de auditoria.

²² Vide parágrafo A20 da ISA 500 – Prova de auditoria.

²³ Vide parágrafo A21 da ISA 500 – Prova de auditoria.

Na fase de execução dos trabalhos de auditoria realizam-se essencialmente testes de conformidade ou de controlo e testes substantivos ou de detalhe.

O risco de controlo (risco de a empresa falhar na prevenção ou deteção de uma distorção material) será maior ou menor consoante existam procedimentos de controlo interno por parte da entidade auditada. Por controlo interno ou ambiente de controlo entende-se, de acordo com a ISA 315 - Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente, o “processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, gerência e outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.”. Ao auditor cabe testar os controlos²⁴ que são relevantes para obter prova das asserções para as áreas de risco das demonstrações financeiras. Por conseguinte, a prova de auditoria nos testes aos controlos (quando estes forem considerados relevantes para as asserções financeiras a testar nas áreas de riscos) deverá ser adaptada aos controlos existentes na entidade. A prova poderá ser obtida através da indagação à administração e pessoal, inspeção documental, observação dos procedimentos, entre outros.

Tendo em conta que a maioria do tecido empresarial português são pequenas e médias empresas, não havendo segregações de funções e procedimentos formalmente estabelecidos, muitas vezes não são realizados um grande número de testes aos controlos (uma vez que os mesmos não existem). A existirem, o auditor deverá tê-los em consideração na sua análise uma vez que para entidades de grande dimensão poderá ser a única forma de conseguir prova de auditoria adequada dado volume imenso de documentação.

Numa auditoria com finalidades especificamente fiscais, os exames realizados aos controlos das entidades deverão ter em conta, nomeadamente, o tratamento fiscal da emissão e receção de faturas ao nível do registo e da capacidade de manter o controlo ao

²⁴ Os testes aos controlos (ou de conformidade), de acordo como a ISA 500 – Prova de auditoria, parágrafo A29, “são concebidos para avaliar a eficácia operacional dos controlos na prevenção ou na deteção e correção de distorções materiais ao nível da asserção. A conceção de testes aos controlos para obter prova de auditoria relevante inclui a identificação das condições (caraterísticas ou atributo) que indicam a execução de um controlo e as condições de desvio que indicam um afastamento de execução adequada. A presença ou ausência dessas condições pode então ser testada pelo auditor”.

longo do ano da documentação para efeitos do imposto sobre o rendimento (*e.g.* gastos aceites ou não para o cálculo da matéria coletável) e relativamente ao IVA (*e.g.* tratamento do *reverse charge*, não aceitação da dedução de determinada aquisição). Os testes aos controlos devem percorrer todo o ciclo dos impostos em análise. Depois da receção da fatura dever-se-á seguir o percurso do imposto até à sua entrega ao Estado, se for caso disso. Ao longo de todo o processo da “vida” do imposto dever-se-á recolher sempre evidência de quem fez o quê, de quem deu determinadas permissões, como e quando. No fim de recolhida toda a informação sobre o tratamento dos impostos e dos procedimentos efetivos utilizados pela entidade serão verificados o cumprimento da legislação fiscal e contabilística em vigor e se o sistema controlo preconizado está a ser cumprido e é o adequado.

Uma vez que a auditoria fiscal deverá incidir sobre a obtenção de prova do cumprimento (ou não) dos normativos fiscais, a prova mais relevante a obter será a documental e o recálculo dos tributos que a entidade considerou que afetam o período em análise.

Na análise documental poder-se-ão considerar pertinentes diversos documentos tais como declarações fiscais (Modelo 22, Declarações do IVA, etc.), documentos emitidos pelos fornecedores (faturas, guias de remessa, etc.), documentos emitidos pela entidade (faturas, guias de remessa, notas de encomenda, etc.), documentos alfandegários, processos judiciais do foro fiscal em curso ou decisões no exercício em análise.

Relativamente ao recálculo, este prende-se na maioria dos trabalhos com os cálculos dos pagamentos por conta, pagamentos especiais por conta, pagamentos adicionais por conta, com a estimativa de IRC do exercício em análise e recálculo do apuramento do IVA mensal com base na documentação que consta da contabilidade e/ou do *software* de faturação.

Apesar dos procedimentos de auditoria para a obtenção de prova considerados como os mais relevantes para auditoria fiscal serem a prova documental e o recálculo, os outros procedimentos não deixarão de ter utilidade em casos específicos.

A fiscalidade exige formalidades documentais (*e.g.* declarações fiscais) e de prazos, cuja compreensão e aplicação são essenciais para se poder operar com eficiência fiscal. Neste sentido, as indagações ao órgão de gestão e restantes colaboradores e os procedimentos analíticos podem fornecer informação que, do ponto de vista dos testes substantivos,

levariam o auditor a uma percepção errada sobre a aplicação das leis fiscais realizadas. Por conseguinte, ao longo de todo o percurso de auditoria devem ser inquiridos os funcionários e a gestão sobre a percepção e o que está estabelecido em cada análise realizada.

1.3.3. Finalização, conclusões e opinião

A finalização e conclusões nos trabalhos de auditoria fiscal deverão ser o exame de todas as análises e procedimentos realizados no planeamento e execução. Nesta fase também deverão ser analisados os eventos subsequentes relacionados com os aspetos fiscais. Os eventos subsequentes são acontecimentos que ocorrem entre a data das demonstrações financeiras (ou a que se refere a análise fiscal) e a data em que o relatório de auditoria é emitido. Dentro dos acontecimentos subsequentes também se incluem os factos de que o auditor toma conhecimento após a data do seu relatório²⁵.

As declarações de dívida / não dívida da ATA e da Segurança Social (SS) deverão ser requeridas no sentido de verificar se algum tributo estará em dívida sem que a entidade tenha conhecimento ou, caso o tenha, alertar para os procedimentos a realizar e quais as consequências da manutenção da dívida. Deverão também ser analisadas as atas, certidões e outros documentos de índole societária, contabilística, fiscal, legal e da atividade da entidade após a data de referência da auditoria que possam revelar algum facto relevante que seja evidenciado no relatório de auditoria.

As conclusões do trabalho deverão ficar explanadas num memorando de auditoria, seja ele relacionado com uma auditoria financeira ou uma auditoria fiscal. O memorando deverá conter as conclusões mais relevantes no que respeita a cada rubrica. Nesse sentido, as conclusões das análises realizadas pela equipa de *Tax* no suporte às matérias tributárias, devem estar explanadas no memorando.

No caso de o relatório ser no âmbito de uma auditoria exclusivamente fiscal, o memorando de auditoria será mais alargado no que diz respeito às conclusões tributárias. O documento deverá ter detalhe dos tributos analisados, das conclusões relacionadas com

²⁵ Vide ISA 560 – Acontecimentos Subsequentes, parágrafo 5, al a).

cada tributo, das irregularidades encontradas, das ineficiências fiscais identificadas e das oportunidades não aproveitadas.

No âmbito de uma revisão legal de contas, a conclusão e opinião do ROC é expressa através da CLC²⁶, onde a opinião é emitida com uma das seguintes opiniões²⁷:

- Com reservas;
- Uma opinião adversa; e,
- Uma escusa de opinião.²⁸

De notar que, caso o ROC considere que a continuidade da entidade seja de dificuldade relevante (ou mesmo material) deverá ser considerada na CLC uma “incerteza material relacionada com a continuidade”. De acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigoº 45.º do EOROC e da Guia de Aplicação Técnica n.º 1 (Revisto) – Aplicação das Normas Internacionais de Auditoria (ISA) – Novos modelos de Certificação Legal das Contas/Relatórios de Auditoria, a CLC é elaborada por escrito e deve incluir uma declaração sobre qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade para dar continuidade às suas atividades.

Ao contrário da CLC, um relatório de auditoria fiscal, ou seja, de uma auditoria do foro fiscal não tem de se reger por um modelo definido por lei ou por normas de instituições nacionais ou internacionais. A auditoria/consultoria fiscal conclui-se assim com um relatório final a entregar ao cliente, no qual responda aos objetivos específicos contratados entre os intervenientes (*e.g.* auditoria genérica à eficiência fiscal da entidade ou auditoria a determinado imposto ou a determinado procedimento da entidade, facto gerador de um imposto).

²⁶ A CLC deverá cumprir os preceitos do artigo 45.º do EOROC.

²⁷ *Vide* ISA 705 (Revista) – Modificações à opinião no relatório do auditor independente.

²⁸ A opinião emitida pelo ROC no âmbito de uma revisão legal não será analisada neste trabalho uma vez que ele se prende com o exame realizado a todas as rubricas das demonstrações financeiras, não tendo um tratamento específico no que diz respeito à auditoria dos assuntos tributários nem sendo uma decisão da equipa de *Tax* a forma como a opinião do ROC é emitida. O papel do auditor fiscal no âmbito de uma revisão oficial das contas é de suporte, apoio e aconselhamento. A decisão final é da responsabilidade do ROC.

2. O ESTÁGIO

O estágio apresentado no presente relatório foi realizado no âmbito do 2.º ano do ciclo de estudos em Análise Financeira. A pertinência de um estágio pode estar relacionada com o perfil e experiência do discente, surgir no sentido dar a primeira experiência profissional, representar uma mudança na carreira ou ser um incremento para o percurso profissional que o estudante já tem. No caso em particular, a minha experiência profissional conta com dois anos, um em contabilidade e *tax compliance* numa empresa de auditoria reconhecida como uma das *Big Four* e outro em auditoria financeira na Moore Stephens & Associados, SROC, SA. Esses dois anos foram frutíferos em conhecimento e considero que elevaram muito as minhas capacidades técnicas. Contudo, foi um percurso cuja primazia foi sempre dada às disciplinas financeiras e contabilísticas, tendo sido sempre considerada a fiscalidade e o direito fiscal como uma componente acessória. Com esta premissa o estágio realizado foi de enorme importância para adquirir um maior nível de competências e conhecimentos nas referidas áreas.

O estágio foi realizado na Moore Stephens, Management Consultants, Lda. no departamento de *Tax*, tendo a duração de 960 horas, compreendidas entre julho e dezembro de 2018. A Moore Stephens, Management Consultants, Lda. tem as suas instalações na Avenida Miguel Bombarda em Lisboa onde foi realizado o estágio.

2.1. Moore Stephens, Management Consultants, Lda.

A Moore Stephens nasce no Reino Unido, em 1907, como uma sociedade de serviços de contabilidade e consultoria. Ao longo dos anos, sofreu diversas alterações mantendo genericamente as mesmas atividades (contabilidade, consultoria e auditoria).

Atualmente, a empresa está presente em mais de 100 países, com mais de 660 escritórios e cerca de 30 mil colaboradores em todo o mundo. A Moore Stephens está entre as 10 maiores sociedades de auditoria e consultoria em todo o mundo.

A entrada da Moore Stephens em Portugal remonta a 1984 por iniciativa do Dr. António Monteiro, atual *Managing Partner* em Portugal. Nesse ano, a Moore Stephens, SROC e a Moore Stephens, Management Consultants são fundadas. A primeira ligada a serviços de auditoria financeira e a segunda associada a serviços de consultoria e *outsourcing* fiscal, contabilístico e financeiro. A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 173 e registada na Comissão do Mercado de Valores

Mobiliários com o n.º 20161476. Em Portugal os escritórios cobrem todo o país com os seus escritórios situados em Lisboa, Porto e Faro, contando neste momento com 8 *partners* e 40 colaboradores no *staff*.

Desde a sua fundação em Portugal, a Moore Stephens cresceu e está presente no mercado como uma marca com prestígio. O posicionamento no mercado rege-se pela excelência no serviço ao cliente, a experiência das lideranças em conjunto com a juventude das equipas e a oferta multidisciplinar.

As principais linhas de serviço da Moore Stephens são auditoria, *tax*, *business support & outsourcing* e *corporate finance*. Na sua carteira de clientes encontram-se empresas cotadas e outras grandes empresas, pequenas e médias empresas e ainda entidades do setor público (*e.g.* universidades e câmaras municipais).

A Moore Stephens é uma organização é constituída duas empresas: Moore Stephens, SROC, SA e Moore Stephens, Management Consultants, Lda. A primeira tem como objeto principal da sua atividade a auditoria financeira. A segunda (onde realizei o estágio) dedica-se a três áreas principais: consultoria fiscal, *corporate finance* e contabilidade e *tax compliance*. Apesar das atividades das duas empresas serem diferentes os pontos de contacto tornam a capacidade de fornecimento de serviços financeiros completos. No que ao estágio realizado diz respeito, a principal interceção ocorreu pelo apoio dado pela equipa de consultoria fiscal às auditorias financeiras. Esta interceção é comum, principalmente nas entidades de maior dimensão em que os factos geradores de obrigações tributárias são mais diversificados e complexos.

Ao nível dos recursos humanos, a Moore Stephens, Management Consultants, Lda. mantém diferentes equipas com uma vasta multidisciplinarietà o que permite uma grande capacidade de satisfazer todas as necessidades dos serviços de consultoria prestados nas áreas de estratégia, finanças empresariais, planeamento e controlo de gestão.

A equipa de *Tax* é constituída por um *partner*, dois *managers* e um assistente. O departamento encontra-se em crescimento, tendo duplicado o número de elementos em 2018.

Para suporte do trabalho, o programa de *software* de auditoria utilizado pelas equipas de auditoria financeira é o CaseWare. Uma vez que parte do trabalho de auditoria fiscal é o

suporte à área dos impostos das auditorias financeiras realizadas pela Moore Stephens, este *software* é também utilizado pela equipa de *Tax*.

2.3. Atividades desenvolvidas

2.3.1. Formação, envolvimento e adaptação

O estágio teve início no dia 2 de julho de 2018, tendo sido recebido pela supervisora Dr.^a Anabela Prates que de seguida tratou das apresentações com os colegas de *Tax* e outras funções levadas a cabo nas instalações da Moore Stephens. Neste mesmo dia tive oportunidade de assistir a uma formação onde foi apresentada a história da Moore Stephens, desde a sua fundação até aos dias de hoje.

Numa primeira fase do estágio, recebi formação sobre assuntos técnicos entre os quais fiscalidade, contabilidade e finanças. Os assuntos foram desenvolvidos com vista ao trabalho que se viria a realizar nos meses seguintes. Dado o trabalho a desenvolver, o foco prendeu-se em fiscalidade e contabilidade.

A formação de *Tax* incidiu principalmente sobre o IRC, IVA e as retenções na fonte no âmbito do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS). Também foram desenvolvidas matérias relacionadas com auditoria e contabilidade financeira por serem fundamentais para os assuntos fiscais e para o trabalho a desenvolver.

Nos primeiros trabalhos realizados, o acompanhamento foi permanente pela restante equipa e pelos elementos *seniores*. Os passos para a compreensão dos documentos de trabalho e os processos necessários foram explicados e as dúvidas esclarecidas apresentando-se os colegas sempre disponíveis a ajudar.

A adaptação foi rápida devido à facilidade de relacionamento que ocorreu com todas as equipas. O facto dos processos de integração e de ação dentro da empresa estarem bem definidos no Manual de Procedimentos MS²⁹ e as hierarquias estarem estabelecidas serve de orientação para a incorporação de um novo membro. No referido manual estão também definidas as formas de avaliação dos colaboradores e quais os objetivos a atingir para que possam progredir dentro da instituição.

²⁹ Manual não disponível fora do “ambiente” Moore Stephens.

2.3.2. Auditoria fiscal

As atividades desenvolvidas foram principalmente de apoio aos serviços de auditoria financeira e emissão da CLC prestadas pelas equipas especializadas para o efeito. Em concreto, as tarefas contextualizaram-se na auditoria da área específica dos assuntos tributários.

Por conseguinte, também a equipa de *Tax* se rege pelos normativos legais que se regem os auditores financeiros no âmbito de uma revisão oficial das contas entre os quais, o EOROC, o Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (CEOROC)³⁰ e o Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados onde se encontram as Normas Internacionais de Controlo de Qualidade e as Normas Internacionais de Auditoria. Deste modo, não são desprezáveis as questões conexas com a independência dos elementos da equipa³¹ e a competência técnica exigidas.

A independência em relação aos clientes e à sua atividade foi tida em conta tanto no âmbito dos trabalhos realizados em apoio à auditoria financeira como nas auditorias fiscais/tributárias específicas.

A auditoria fiscal no âmbito de uma auditoria financeira inicia-se com o suporte da equipa de auditoria financeira. Esta transmite o conhecimento sobre a entidade a auditar com base no trabalho desenvolvido no âmbito do planeamento e avaliação do risco. A informação envolve qual o negócio, informações sobre o setor de atividade, legislação específica do setor, da atividade e/ou da localização, controlos e procedimentos relevantes para as áreas tributárias utilizadas, entre outras informações que possam ser consideradas úteis. Para além desta comunicação e documentação, as análises e conclusões que afetam as obrigações fiscais e declarativas da entidade são também enviadas às equipas de

³⁰ Conforme alínea b) do n.º 1.1 do capítulo 1 do CEOROC que refere “O presente Código aplica-se a todos os profissionais que sejam colaboradores de revisores oficiais de contas ou de sociedades de revisores oficiais de contas, incluindo membros estagiários da Ordem, independentemente da relação contratual estabelecida, relativamente aos requisitos que lhes sejam aplicáveis”.

³¹ Conforme os parágrafos 20 e seguintes da Norma de Auditoria sobre Controlo de Qualidade (ISQC) 1 - *Controlo de Qualidade para Firmas que Executam Auditorias e Revisões de Demonstrações Financeiras e Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados*.

auditoria fiscal. Esta informação inicial é muito relevante, uma vez que já foram desenvolvidos procedimentos de auditoria que têm impactos fiscais.

A materialidade é fornecida pela equipa de auditoria financeira, podendo, no entanto, ser alterada por parte da auditoria fiscal para valores mais conservadores para os seus procedimentos se o considerar adequado³². Regra geral, a materialidade só é alterada quando se considerar a área fiscal de risco elevado e significativo.

Os procedimentos substantivos realizados pelas equipas de auditoria financeira de forma ampla e que mitigam diversas áreas (*e.g.* compras, vendas, ativos fixos tangíveis, outras dívidas a pagar, fornecimentos e serviços externos) são um importante suporte para a equipa de *Tax*. Nestes procedimentos são verificadas, por exemplo, as formalidades das faturas e outros documentos que decorrem do n.º 5 do artigoº 36.º do CIVA, as características dos suprimentos de acordo com o artigoº 243.º do CSC para efeitos do artigoº 7.º do Código do Imposto do Selo (CIS³³), entre outros. São também identificados através da verificação documental o posicionamento fiscal da entidade relativamente à sua atividade.

Dever-se-ão ter em conta também as análises realizadas ou a realizar às restantes rubricas das demonstrações financeiras e asserções pela equipa de auditoria financeira (*e.g.* na rubrica de “outros” da demonstração dos resultados poderão constar diversos tributos como o imposto municipal sobre imóveis ou o imposto do selo que poderão ser materiais).

Os documentos requeridos ao cliente ou à equipa de auditoria financeira que antecipadamente os obteve visam analisar as rubricas das demonstrações financeiras relativas aos tributos.

Tal como já referido, o tratamento dado aos documentos deve atender à realidade económica da empresa (nomeadamente, atividade, localização, forma social, etc.) uma vez que esta pode originar diferentes enquadramentos fiscais (*e.g.* benefícios ao reinvestimento, à retenção de lucros). Assim, no início de cada trabalho de âmbito fiscal é analisada a Certidão Permanente da entidade de forma a ter-se em consideração a sua

³² Conforme os parágrafos 10, A10 e A11 da ISA 320 – A Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria.

³³ Aprovado pela Lei 150/99, de 11 de setembro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2000, e republicado no Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro.

localização e enquadramento societário. Esta informação pode ser obtida requerendo ao cliente ou através do sítio na Internet Portal do Cidadão (tarefa realizada com regularidade ao longo do estágio uma vez que foram diversas as entidades a quem foram prestados serviços).

Na análise à Certidão Permanente da entidade, aos Relatórios e Contas de exercícios anteriores e/ou balancetes uma das primeiras tarefas realizadas passava por entender o que deveria constar nos saldos das contas a 31 de dezembro desse exercício, por exemplo, especialização de impostos (*e.g.* IRS, SS, IVA), estimativa de IRC e respetivos adiantamentos (*e.g.* pagamentos especiais por conta, pagamentos por conta), impostos diferidos, créditos de imposto e provisões para contingências fiscais. De seguida, procedi a testes aos saldos aplicando procedimentos de auditoria, nomeadamente através do recálculo dos impostos.

Adicionalmente analisei declarações periódicas de IVA e respetivos procedimentos de apuramento. Relativamente ao enquadramento em sede de IVA é verificada se a empresa pratica atividades tributáveis em IVA e/ou atividades isentas sem direito à dedução por forma a validar a dedução do IVA nas aquisições relacionadas com cada atividade.

Na área de pessoal, no que respeita aos impostos relacionados com o processamento salarial, validei os procedimentos e documentos de retenção na fonte de IRS incluindo a concordância entre as taxas aplicadas e o agregado familiar constante na ficha do funcionário, assim como, os descontos à segurança social. Analisei potenciais pagamentos em espécie, os mapas de ajudas de custo e de quilómetros e outros pagamentos atípicos ao pessoal. Apesar de terem ocorridos esporadicamente, foram também realizados testes relacionados com empréstimos ao pessoal, adiantamentos ao pessoal, pagamentos de indemnizações ou compensações por cessação de função e pagamentos de bónus e outras remunerações variáveis a gestores, administradores ou gerentes.

O imposto do selo e o imposto municipal sobre imóveis são impostos comuns pagos em muitas entidades, no entanto, por norma não são materiais tendo as análises realizadas sido excecionais. O imposto do selo foi testado verificando o enquadramento em sede de imposto e através das declarações de pagamento do mesmo. O imposto municipal sobre imóveis foi testado através da obtenção dos dados dos imóveis (através das certidões

permanentes prediais e listagens do património predial), do seu enquadramento nas taxas aplicáveis e a sua especialização na contabilidade.

A tarefa que mais tempo ocupou no âmbito do estágio foi a análise e realização de testes à estimativa de IRC do período corrente e diferido.

Na figura abaixo apresenta-se um *printscreem* do ficheiro de trabalho em CaseWare relativos aos documentos predefinidos que devem ser obtidos para o trabalho de auditoria relativamente a assuntos fiscais, nomeadamente relacionados com o IRC.

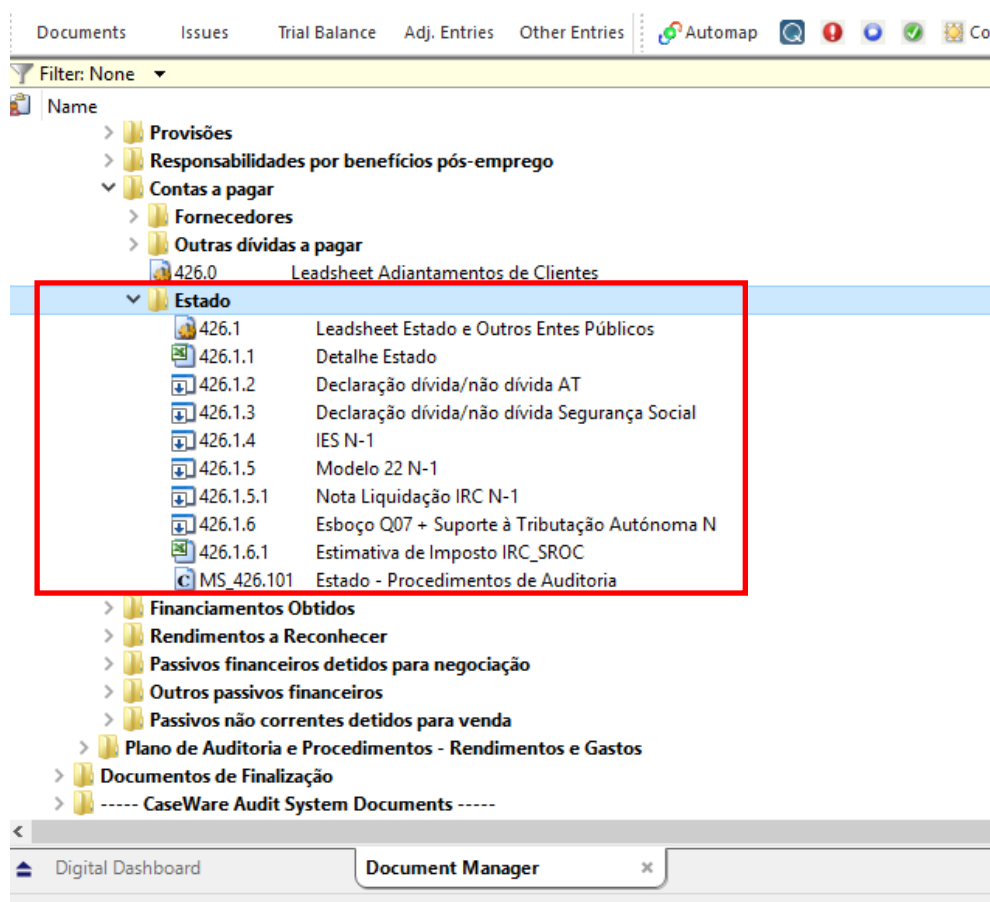


Figura 1: Ficheiro de trabalho em Case Ware.

A lista de pedidos inicial de auditoria para efeitos fiscais *standard* deverá conter:

- i. Balancete antes do apuramento de resultados de N;
- ii. Balancete após apuramento de resultados de N;

- iii. Suporte ao cálculo e comprovativo de pagamento dos pagamentos especiais por conta;
- iv. Suporte ao cálculo e comprovativo de pagamento dos pagamentos por conta;
- v. Cópia das guias de dezembro N pagas em janeiro de N+1:
 - a) Trabalho dependente;
 - b) Trabalho independente;
 - c) Prediais e capitais;
 - d) Segurança social;
 - e) Fundo de Compensação do Trabalho e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho.
- vi. Cópia das declarações IVA de novembro e dezembro de N;
- vii. Esboço do quadro 07 do Modelo 22 e suporte às tributações autónomas para N;
- viii. Suporte ao cálculo da estimativa do IMI mais o comprovativo pagamento Imposto Municipal sobre Imóveis de N-1 mais a guia de pagamento de N;
- ix. Suporte ao cálculo dos impostos diferidos (ativos e passivos);
- x. Certidão dívida / não dívida da ATA;
- xi. Certidão dívida / não dívida da SS;
- xii. Modelo 22 de N-1;
- xiii. Nota de liquidação de N-1 mais respetivo comprovativo de pagamento/reembolso de IRC;
- xiv. Informação Empresarial Simplificada de N-1.

Esta informação poderá ser obtida através das equipas de auditoria financeira que se encontram em contacto com o cliente e poderão já ter realizado o pedido pela equipa de *Tax*.

Os elementos indicados, conforme referido, são *standard*. Ou seja, mediante a informação obtida anteriormente podem ser retirados alguns elementos e acrescentados outros que se considerem pertinentes.

O trabalho no âmbito do teste à estimativa do imposto do período do cliente deve ter em consideração riscos, opções e oportunidades. Os riscos e opções estão muitas vezes interligados.

Os riscos fiscais são avaliados empresa a empresa. Nesse sentido seria redutor elencar como gerais os riscos evidenciados nas empresas com que se trabalhou no âmbito do

estágio. No entanto, elencam-se alguns riscos fiscais detetados, única e exclusivamente riscos detetados no âmbito do estágio que potencialmente não representaram a generalidade do setor empresarial português.

Entre os riscos fiscais detetados realça-se os relacionados com as tributações autónomas (artigo 88.º do CIRC). Sendo as mesmas dispendiosas para as empresas, existe, por vezes, a tentativa de colocar alguns elementos geradores dessa tributação fora do âmbito do mesmo. Nesse sentido, é importante realizar procedimentos que mitiguem o risco de deteção. A forma de análise será através de procedimentos substantivos às folhas de caixa, ajudas de custos, despesas potencialmente não documentadas, mapas de ajudas de custos, de quilómetros, entre outros possíveis documentos que possam ser alvo deste tipo de tributação.

Os gastos não aceites fiscalmente para efeitos do cálculo do imposto sobre o rendimento (valores que devem ser acrescidos ao quadro 07 da Modelo 22) são por vezes descorados nas auditorias financeiras devido à materialidade. No entanto, erros nesses cálculos poderão ter repercussões superiores à materialidade devido às correções, coimas e juros imputados pela ATA. O auditor fiscal faz uma cuidada análise aos valores que são acrescidos ou deduzidos ao quadro 07 da Modelo 22 e aos que não originaram qualquer correção do resultado contabilístico para o resultado fiscal e que potencialmente deveriam ter tido impacto. Este procedimento pode levar a que as entidades auditadas (acatando as recomendações do auditor fiscal) não corram, por vezes, riscos fiscais que lhes podem custar correções à coleta (acrescido de juros de mora e coimas) que poderão ser muito penalizadores para os seus resultados financeiros e para a sua tesouraria.

A falta de documentação ou a documentação inadequada também coloca a empresa exposta a riscos fiscais e financeiros muitas vezes relevantes. Esses riscos têm duas vertentes. Por um lado, numa potencial inspeção por parte da ATA que poderá gerar encargos derivados de coimas ou contraordenações e de aumentos de coleta. Por outro, a falta de documentação ou documentação inadequada pode gerar ou indiciar falta de controlo ou informação por parte da gestão. Partindo de premissas erradas ou incompletas, a gestão poderá tomar decisões equivocadas e potencialmente erradas.

A documentação inadequada ou inexistente, de acordo com a experiência adquirida, é comum nas folhas/mapas de quilómetros, muitas vezes inexistentes ou sem a informação

necessária e requerida para efeitos de aceitação fiscal³⁴. Na mesma senda, também os mapas de ajudas de custo e documentação justificativa por vezes não são corretamente suportados. As despesas suportadas pelos trabalhadores e posteriormente reembolsadas carecem de documento justificativo, regra geral, fatura³⁵.

Por norma, no trabalho de auditoria fiscal no âmbito de uma auditoria financeira, a estimativa de imposto sobre o rendimento deverá ser totalmente revista pela equipa de *Tax*, apoiando-se na fiabilidade da análise à documentação realizada pelas equipas de auditoria financeira para as áreas de gastos e rendimentos, de contas a pagar e a receber, de financiamentos obtidos e concedidos, etc. As análises ao IVA deverão ter em conta os controlos e, novamente, as análises à documentação analisada das equipas de auditoria financeira. Caso a equipa de *Tax* considere pertinente, poderão ser realizados mais testes, mas genericamente a documentação e os exames aos controlos considerados pelas equipas de auditoria financeira são usualmente adequados para os testes ao IVA.

³⁴ Conforme estabelece na alínea h) do n.º 1 do artigo 23.º-A do CIRC, “não são dedutíveis para efeitos da determinação do lucro tributável os seguintes encargos, mesmo quando contabilizados como gastos do período de tributação as ajudas de custo e os encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não faturados a clientes, escriturados a qualquer título, sempre que a entidade patronal não possua, por cada pagamento efetuado, um mapa através do qual seja possível efetuar o controlo das deslocações a que se referem aqueles encargos, designadamente os respetivos locais, tempo de permanência, objetivo e, no caso de deslocação em viatura própria do trabalhador, identificação da viatura e do respetivo proprietário, bem como o número de quilómetros percorridos, exceto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respetivo beneficiário”.

³⁵ Conforme previsto no n.º 4 do artigo 23.º do CIRC.

3. A RECUPERAÇÃO DO IVA NOS CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA E NOS CRÉDITOS INCOBRÁVEIS

Neste último capítulo é desenvolvido o tópico da recuperação do IVA nos créditos considerados de cobrança duvidosa e nos créditos considerados incobráveis. No primeiro subcapítulo é descrito o imposto. No segundo ponto são desenvolvidos elementos essenciais do imposto para a compreensão do tema em análise. O terceiro ponto debruça-se sobre a problemática dos regimes do tema em análise e a sua repercussão económica face à natureza do imposto. Os dois pontos seguintes serão o desenvolvimento dos dois regimes que estão atualmente em vigor.

3.1. O Imposto sobre o valor acrescentado

O IVA é um imposto³⁶ sobre o consumo introduzido em Portugal com a aprovação do Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, entrando em vigor em 1 de janeiro de 1986. O IVA é um imposto polifásico (faz parte de todo o processo de produção e distribuição, tributando o valor acrescentado em cada fase), indireto (na medida em que não incide sobre a capacidade contributiva direta, ou seja, não incide sobre rendimento ou proveitos obtidos, mas sim sobre indícios ou presunções de capacidade contributiva como os gastos, despesas, transferências de bens ou manifestações de capacidade contributiva através da utilização/saída da mesma), de obrigação única (pois incide sobre atos específicos praticados independentemente da atividade praticada pelo sujeito passivo ser continuada), em que se tributam as transmissões de bens, prestação de serviços, as importações e a aquisição intracomunitária de bens³⁷.

O imposto sobre o consumo em Portugal não surge em 1986. Em 1966 foi introduzido o Imposto de Transações, com a publicação do Decreto-Lei n.º 47 066, de 1 de julho de 1966. Era um imposto sobre o consumo, monofásico³⁸ que incidia sobre a fase de

³⁶ Seguindo a definição proposta por Nabais (2016, p. 34) “Objetivamente o *imposto* é uma prestação pecuniária, unilateral, definitiva e coativa. Por sua vez, subjetivamente, o imposto é uma prestação (...) exigida a (devida por) detentores (individuais ou coletivos) de capacidade contributiva a favor de entidades que exerçam funções ou tarefas públicas. (...). Em termos teleológicos, o imposto é exigido pelas entidades que exerçam funções públicas para a realização dessas funções, conquanto que não tenham carácter sancionatório”.

³⁷ Vide artigo 1.º do CIVA.

³⁸ Não incide sobre todas as fases de produção, transformação e distribuição, incidindo sobre uma ou algumas dessas fases, mas não sobre todas as fases até ao consumidor final.

produção ou grossista. Contudo, devido às dificuldades práticas de identificação do produtor, a enorme economia paralela e a não sujeição das prestações de serviços³⁹ o imposto não teve grande repercussão.

O IVA surge em consonância com a harmonização fiscal da União Europeia, que com avanços e recuos conseguiu um imposto sobre o bens e prestações de serviços a nível europeu. A Diretiva 77/388/CEE do Conselho, de 17 de maio de 1977, e a Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, constituem o sistema de imposto comum em vigor na União Europeia. Importante ainda frisar que o Tribunal de Justiça da União Europeia fornece jurisprudência da maior importância do ponto de vista fiscal, sendo a mesma fulcral para alterações de procedimentos considerados pelos sujeitos passivos e pelas autoridades tributárias.

O IVA segue também os preceitos do n.º 4 artigo 104.º da Constituição da República Portuguesa que dá aos tributos sobre o consumo o objetivo de “*adaptar a estrutura do consumo à evolução das necessidades do desenvolvimento económico e da justiça social, devendo onerar os consumos de luxo*”. Tal é conseguido, por exemplo, através das isenções elencadas no artigo 9.º do CIVA e das diferentes taxas aplicadas consoante os bens ou serviços em causa⁴⁰.

3.2. Neutralidade fiscal, dedução, exigibilidade e facto gerador

O IVA é um imposto que tem a neutralidade fiscal como função ao longo do ciclo de produção. Tal tem duas aceções:

- i. a dedução do IVA suportado pelos sujeitos passivos;
- ii. a não interferência do IVA nas decisões económicas na formação dos preços no em todo o ciclo económico.

³⁹ A tributação em sede de imposto sobre o consumo relativamente às prestações de serviço viria mais tarde com a aprovação do Decreto-Lei n.º 374-D/79, de 10 de setembro.

⁴⁰ Atualmente vigoram a taxa normal de 23% aplicada à generalidade dos bens, a taxa intermédia de 13% aplicada às transmissões de bens e prestações serviços que constam na lista II anexa ao CIVA onde constam determinados produtos alimentares transformados de primeira necessidade e outros bens para os humanos, e a taxa reduzida de 6% aplicada às transmissões de bens e prestações serviços que constam na lista I anexa ao CIVA onde constam determinados produtos alimentares não transformados, outros bens, bens de produção agrícola, prestações de serviços silvícolas e objetos de arte, consoante o artigo 18.º do CIVA.

Ao longo do processo de produção e distribuição dos bens ou serviços o imposto é repercutido na fatura sendo suportado pelo cliente. No entanto, o IVA na compra ou aquisição de serviços é deduzido pelos clientes (se sujeitos passivos de IVA) quando o bem ou serviço adquirido é utilizado para produção de outro bem ou serviço (regra geral)⁴¹. Assim, está subjacente que o imposto é dedutível quando os bens e serviços são adquiridos com o propósito de serem utilizados em operações sujeitas a tributação a jusante, sendo suportado pelo consumidor final. Nesta medida, o IVA é um imposto cujo apuramento é feito com base no método do crédito de imposto, de dedução imposto do imposto ou indireto subtrativo.

O imposto é, por conseguinte, neutro na formação do preço do bem ou serviço. Por exemplo, o sujeito passivo X que compre um bem por 100 € (sem IVA), utilizando uma taxa meramente exemplificativa de 10%, a fatura será de 110 € (100 € pelo bem e 10 € de IVA). No entanto, o sujeito passivo X pode deduzir esse IVA ao IVA liquidado pelas suas vendas na sua declaração. Continuando com o mesmo exemplo, se X vender esse bem por 150 € (sem IVA), o valor da fatura será de 165 € (150 € pelo bem e 15 € de IVA). Com o pressuposto de que ocorreram ambos no período de uma mesma declaração, o valor de IVA a entregar ao Estado por estas transações será o da diferença do IVA a liquidar (IVA que consta da fatura emitida pelas vendas ou serviços prestados, este é uma obrigação) com o IVA a deduzir (imposto suportado cujo direito à dedução pode ser exercido, um direito), ou seja, o valor que o sujeito passivo tem a entregar ao Estado é de 5 €.

O valor sujeito e não isento a tributação não tem de corresponder ao valor recebido. Os artigos 7.º e 8.º do CIVA em consonância com os artigos 62.º e seguintes da Diretiva Europeia do IVA definem quando se verifica o facto gerador e a exigibilidade do imposto.

3.3. Problemática

A dedução do IVA é um dos pilares mais importantes do IVA, conforme explanado no ponto anterior. Nesse sentido, quando a dedução do imposto é efetuada, a mesma deverá ter subjacente a entrega desse valor ao fornecedor que entrega o imposto ao Estado, valor

⁴¹ Existindo exceções, havendo isenções e não sujeições ao imposto por sujeitos que utilizam os bens e produtos na sua atividade de produção que não poderão deduzir. Ou seja, existe o princípio que só poderá deduzir o IVA na compra e aquisição de serviços quem o liquida na venda ou prestações de serviços.

que estará incluído na fatura emitida pelo fornecedor (sujeito passivo não isento). Não há relação temporal entre a entrega do imposto à fazenda pública e o recebimento do fornecedor (sujeito passivo não isento), estando o prazo de entrega do IVA ao Estado regulado pelo CIVA enquanto que o prazo de vencimento da fatura é definido pela relação entre o cliente e fornecedor.

Quando o IVA é entregue ao Estado e o cliente não liquida a dívida, o fornecedor tem de suportar um imposto que deveria ser suportado pelo cliente. Nesse sentido, para o imposto não se tornar um encargo de uma entidade que não o deveria suportar, a legislação portuguesa apresenta atualmente dois regimes para a recuperação de créditos considerados de cobranças duvidosa e créditos considerados incobráveis. Os regimes em vigor são aplicados consoante a data de vencimento do crédito.

O regime que está em vigor há mais tempo é o regime a que se refere os n.ºs 7 e seguintes do artigo 78.º do CIVA. Este regime aplica-se aos créditos considerados de cobrança duvidosa e considerados incobráveis cuja data de vencimento do crédito ocorreu até 31 de dezembro de 2012 (inclusive).

A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2013, introduziu um novo regime para recuperação do IVA de créditos considerados de cobrança duvidosa e considerados incobráveis quando o vencimento do crédito ocorre após 1 de janeiro de 2013, inclusive (artigo 78.º-A e seguintes do CIVA).

3.4. Créditos com vencimento até de 31 de dezembro de 2012

A recuperação do IVA entregue ao Estado no âmbito de créditos considerados incobráveis ou de cobrança duvidosa cuja data de vencimento ocorreu antes de 1 de janeiro de 2013, tal como referido, está sujeita ao regime que consta do artigo 78.º do CIVA.

O regime em apreço permite a recuperação do IVA de créditos considerados incobráveis nas seguintes situações:

- a) *Em processo de execução, após o registo a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 717.º do Código do Processo Civil*⁴². O processo de execução é um processo judicial de cobrança coerciva de um crédito não satisfeito pela via

⁴² Aprovado pela Lei n.º 41/2013 de 26 de junho, com entrada em vigor a 1 de setembro de 2013.

extrajudicial. O registo é um ato de publicidade e de eficácia perante terceiros (n.º 1 do artigo 5.º do Código do Registo Predial⁴³), a remissão em causa (artigo 717.º do Código do Processo Civil) é relativa ao registo informático de execuções. A alínea b) do n.º 2 do artigo 717.º do Código do Processo Civil refere a extinção da execução por não terem sido encontrados bens penhoráveis; por conseguinte, a dívida é formal e substantivamente considerada incobrável.

- b) *Em processo de insolvência, quando a mesma for considerada de carácter limitado, após trânsito em julgado da sentença de verificação e graduação de créditos prevista no Código de Insolvência e da Recuperação de Empresas ou, quando exista, a homologação do plano objeto da deliberação prevista no artigo 156.º do mesmo Código.* O processo de insolvência é regulado pelo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) que, no seu artigo 1.º, define o processo de insolvência como um processo de execução universal que tem como finalidade a satisfação dos credores pela forma prevista num plano de insolvência baseado na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente ou, quando tal não se afigure possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores. A insolvência é decretada judicialmente devendo conter a mesma um conjunto de informação relevante para os procedimentos a efetuar no âmbito do processo de insolvência (artigo 36.º do CIRE). O carácter pleno do processo insolvência remete para a existência de ativos na massa solvente que poderão “potencialmente” fazer face aos créditos ou a parte do mesmo (pela sua utilização ou venda). Caso o processo não seja considerado de carácter pleno querará isso significar que partir-se-á do ponto de partida que a massa insolvente é muitíssimo reduzida ou inexistente ao ponto de não fazer face às custas do processo (n.º 1 do artigo 39.º do CIRE).
- c) *Em processo especial de revitalização, após homologação do plano de recuperação pelo juiz, previsto no artigo 17.º-F do Código de Insolvência e de Recuperação de Empresa.* Neste processo serão considerados créditos incobráveis os que, com base no plano de recuperação acordado pelos credores e homologado pelo juiz, foram perdoados (ou a parte perdoada).

⁴³ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de julho, com entrada em vigor a

- d) *Nos termos previstos no Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE), após celebração do acordo previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto. Tal como na alínea anterior os valores do imposto a recuperar incidirão sobre os créditos perdoados.*

Para além dos anteriormente mencionados, o artigo 78.º do CIVA permite, no seu n.º 8, a recuperação do imposto entregue ao Estado para créditos inferiores a 8.000 €, IVA incluído. Estas formas de recuperação do IVA são para créditos em que o adquirente não deduz o IVA na compra. As condições são as seguintes:

- a) *O valor do crédito não seja superior a € 750, IVA incluído, a mora do pagamento se prolongue para além de seis meses e o devedor seja particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confiram direito à dedução;*
- b) *Os créditos sejam superiores a € 750 e inferiores a € 8.000, IVA incluído, quando o devedor, sendo um particular ou um sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não conferem direito à dedução, conste no registo informático de execuções como executado contra quem foi movido processo de execução anterior entretanto suspenso ou extinto por não terem sido encontrados bens penhoráveis;*
- c) *Os créditos sejam superiores a € 750 e inferiores a € 8.000, IVA incluído, tenha havido aposição de fórmula executória em processo de injunção ou reconhecimento em ação de condenação e o devedor seja particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confiram direito à dedução;*
- d) *Os créditos sejam inferiores a € 6000, IVA incluído, deles sendo devedor sujeito passivo com direito à dedução e tenham sido reconhecidos em ação de condenação ou reclamados em processo de execução e o devedor tenha sido citado editalmente;*
- e) *Os créditos sejam superiores a € 750 e inferiores a € 8000, IVA incluído, quando o devedor, sendo um particular ou um sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não conferem direito a dedução, conste da lista de acesso público de execuções extintas com pagamento parcial ou por não terem sido encontrados bens penhoráveis no momento da dedução.*

Neste âmbito, estes créditos serão aqueles, de valor reduzido, cujo devedor seja um particular ou um sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não conferem direito à dedução, ou seja, quando o devedor não deduz o IVA. Estas situações de recuperação do imposto entregue ao Estado são menos “rígidas”, uma vez que a perda para a fazenda pública tem menos impacto do que o que vigora no n.º 7 do artigo 78.º do CIVA. Se os devedores tiverem o direito à dedução do imposto a perda potencial de arrecadação de receita para o Estado é maior porque, por um lado, existiria a recuperação do imposto entregue (no âmbito do n.º 7 do artigo 78.º do CIVA) e, por outro, a dedução por parte do devedor que, dessa forma, entregou menos IVA (isto é, deduziu o valor em causa ao seu IVA liquidado, formando assim um imposto a entregar ao Estado inferior assumindo que o IVA liquidado era superior, caso contrário o valor seria a reportar aos períodos seguintes ou a receber).

Relativamente aos créditos incobráveis referidos no n.º 7 do artigo 78.º do CIVA, é de salientar a obrigação da certificação por ROC a que se refere o n.º 9 do mesmo artigo ser apenas obrigatória quando o “facto gerador” da recuperação do imposto, ou seja, a incobrabilidade se verificar a partir 1 de janeiro de 2013 (inclusive). Quando a incobrabilidade (isto é, a verificação das alíneas do n.º 7 do artigo 78.º do CIVA) tiver ocorrido antes dessa data, a certificação por ROC não é necessária.

Já no que diz respeito aos créditos a que se refere o n.º 8 do artigo 78.º do CIVA, a certificação por ROC é também necessária.

A certificação por ROC deve certificar o valor global dos créditos, o valor global do imposto a deduzir, a realização de diligências de cobrança por parte do credor e o insucesso, total ou parcial, de tais diligências e que todos estes requisitos se encontrem documentalmente comprovados (n.º 9 do artigo 78.º do CIVA). Esta certificação deve ser efetuada por cada um dos períodos em que foi feita a regularização e até ao termo do prazo estabelecido para a entrega da declaração periódica ou até à data de entrega da mesma, quando esta ocorra fora do prazo (n.º 10 do artigo 78.º do CIVA).

Aquando da dedução prevista no n.º 7 e alínea d) do n.º 8 do artigo 78.º, deverá ser comunicada ao devedor, caso este seja um sujeito passivo, para que o mesmo proceda também à regularização (liquidação) em sede de IVA na respetiva declaração (n.º 11 do artigo 78.º do CIVA).

Caso o crédito seja regularizado ou parcialmente regularizado, ou seja, caso o devedor liquide a dívida ou a liquide parcialmente, o IVA relativo a essa liquidação deve ser regularizado e liquidado no período em que se verificar o seu recebimento (n.º 12 do artigo 78.º do CIVA).

3.5. Créditos com vencimento após 1 de janeiro de 2013

A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, aprovou o regime em vigor para créditos considerados de cobrança duvidosa e considerados incobráveis, cuja data de vencimento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013. O regime está explanado nos artigos 78º-A a 78º-D do CIVA.

Este regime distingue na letra da lei o que são créditos considerados de cobrança duvidosa (n.º 2 do artigo 78.º do CIVA) e créditos considerados incobráveis (n.º 4 artigo 78.º do CIVA). A principal distinção entre os dois “tipos” de crédito deve-se ao facto de a regularização dos créditos considerados de cobrança duvidosa estar relacionada com a mora do crédito. A mora considerada para efeitos do presente estudo considera-se o tempo que vai desde a data de vencimento até ao momento presente, sem que tenha sido cumprida a obrigação de liquidação da dívida por parte do cliente e o consequente recebimento por parte do fornecedor. Enquanto que a regularização dos créditos considerados incobráveis se relaciona com uma ocorrência que demonstra a incapacidade de o devedor liquidar a sua obrigação (*e.g.* situação de insolvência).

A regularização do IVA associada às situações enquadradas no n.º 4 do artigo 78º-A do CIVA exige que o facto relevante ocorra antes dos 24 meses (ou 6 meses para créditos não superiores a 750 € (IVA incluído), quando o devedor seja particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confirmem direito à dedução).

Se o facto relevante referido no n.º 4 do artigo 78.º do CIVA ocorrer antes dos prazos anteriormente descritos, o sujeito passivo tem um prazo de dois anos a contar do primeiro dia do ano civil seguinte para proceder à regularização (dedução) do IVA, o que ocorre sem necessidade de pedido de autorização prévia à ATA. Neste sentido, quando os factos relevantes do n.º 4 do artigo 78.º-A, não se verificarem depois dos 24 meses desde a data de vencimento, o mesmo deixa de poder ser aplicado para a recuperação do IVA, podendo ser regularizado com base no n.º 2 do artigo 78º-A do CIVA, dado que o regime anteriormente referido já não tem aplicabilidade legal para o facto tributário.

Os factos relevantes anteriormente referidos que dizem respeito ao n.º 4 do artigo 78º do CIVA são relativos a créditos considerados incobráveis na sequência:

- a) *De processo de execução, após o registo a que se refere a alínea b) do número 2 do artigo 717.º do Código do Processo Civil.*
- b) *De processo de insolvência, quando a mesma for decretada de carácter limitado ou quando for determinado o encerramento do processo por insuficiência de bens, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 230.º e do artigo 232.º, ambos do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, ou após a realização do rateio final, do qual resulte o não pagamento definitivo do crédito.* A atual redação foi aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2018. A anterior redação tinha a letra exatamente como a alínea b) do n.º 7 do artigo 78.º do CIVA⁴⁴. O segundo ponto da alínea em análise permite também a regularização IVA quando o administrador da insolvência constata a insuficiência da massa insolvente para satisfazer as custas do processo e as restantes dívidas da massa insolvente. O terceiro e último ponto da alínea refere que a recuperação do imposto poderá ser realizada quando após a realização do rateio final (artigos 182.º e 183.º do CIRE) não resulte o pagamento total ou parcial da dívida.
- c) *De processo de insolvência ou de processo especial de revitalização, quando seja proferida sentença de homologação do plano de insolvência ou do plano de recuperação definitivo do crédito.* Neste processo serão considerados os créditos incobráveis os que, com base no processo de insolvência ou plano de recuperação acordado pelos credores e homologado pelo juiz, foram perdoados (ou parte perdoada).
- d) Revogado.
- e) *Da celebração e depósito na Conservatória do Registo Comercial acordo sujeito ao Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE⁴⁵) que cumpra com*

⁴⁴ Desenvolvido no ponto anterior.

⁴⁵ O Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas foi aprovado pela Lei 8/2018, de 2 de março, no âmbito do Programa Capitalizar, no Conselho de Ministros de 16 de março de 2017 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016). O RERE permite ao devedor que se encontre em situação económica difícil ou em insolvência iminente encetar negociações com os credores, com vista a alcançar um Acordo de Reestruturação (n.º 2 do artigo 2.º do RERE) – voluntário, de conteúdo livre e, por regra, confidencial – tendente à sua recuperação. Adicionalmente, o RERE permite ainda ao devedor, por via da celebração de

o disposto no n.º 3 do artigo 27.º do RERE e do qual resulte o não pagamento definitivo do crédito. Tal como na alínea c), os valores do imposto a recuperar incidirão sobre os créditos perdoados.

A recuperação do IVA com base no n.º 4 do artigo 78º-A do CIVA não requer o pedido de autorização prévio à ATA.

De notar que o procedimento para a dedução após os 24 meses referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 78º-A só acontece mediante um pedido de autorização prévia à ATA. Pedido que deve ser feito até 6 meses após a verificação dos 24 meses do vencimento do crédito. Em caso de deferimento do pedido de autorização prévio à ATA, a dedução deve ser efetuada na respetiva declaração até ao final do período seguinte àquele em que se verificar o deferimento do pedido (n.º 8 do artigo 78º-B do CIVA). No caso de o procedimento receber deferimento por parte da ATA, esta informará o adquirente do bem ou serviço para que este efetue a liquidação/regularização a favor do Estado do valor do IVA a deduzir/regularizar pelo vendedor (n.º 5 do artigo 78º-B do CIVA). A regularização deverá ser realizada na declaração periódica relativa ao período em que a notificação de deferimento da ATA ocorreu. O adquirente deverá regularizar também o IVA na declaração correspondente ao mesmo exercício. Se essa regularização não for efetuada a ATA poderá emitir uma liquidação adicional ao adquirente. Caso a liquidação financeira não seja realizada, a ATA pode desencadear procedimentos de liquidação oficiosa.

Relativamente ao procedimento do n.º 4 do artigo 78º-A do CIVA, deverá ser comunicado ao adquirente do bem ou serviço a quantia da anulação do imposto, se o adquirente for sujeito passivo, para que o mesmo possa regularizar o imposto a favor do Estado (n.º 9 do artigo 78º-B do CIVA). Note-se que nem sempre será possível proceder à comunicação ao adquirente pois, por vezes, este já não existirá.

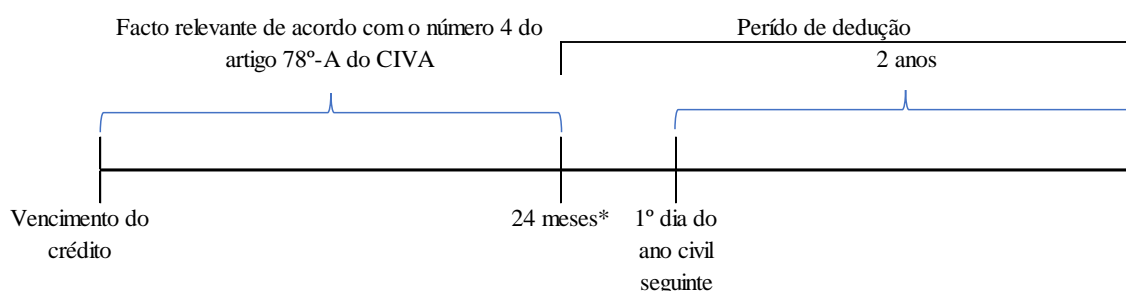
A regularização do imposto relativo à recuperação do IVA dos casos previstos na alínea a) do n.º 2 (créditos de cobrança duvidosa) e no n.º 4 (crédito incobráveis) do artigo 78º-A do CIVA necessitam da certificação por ROC.

um Protocolo de Negociação (artigos 6.º e 7.º do RERE), obter um ambiente favorável à negociação com os credores.

O ROC deverá ter em consideração os valores da fatura, o imposto liquidado, as diligências de cobranças e o seu insucesso (o não recebimento total ou parcial) e se os trâmites legais tanto dos n.ºs 2 ou 4 do artigo 78.º-A do CIVA, como se o prazo para o pedido de autorização prévia, se for caso disso, ainda esteja em vigor.

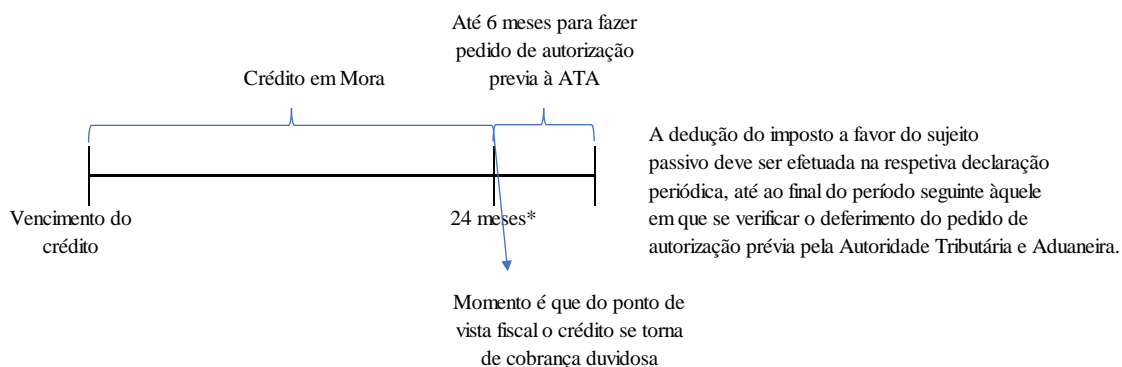
No seguimento da explicação é demonstrado através de uma linha do tempo o processo relativo aos três procedimentos de regularização de créditos de cobrança duvidosa e incobráveis:

- N.º 4 do artigo 78.º-A do CIVA: relativo a créditos incobráveis quando os factos relevantes não se verificarem até 24 meses desde a data de vencimento.



* Depois dos 24 meses é ainda possível regularizar o IVA do crédito em mora através da alínea a) do n.º 2 do artigo 78.º-A (ponto seguinte).

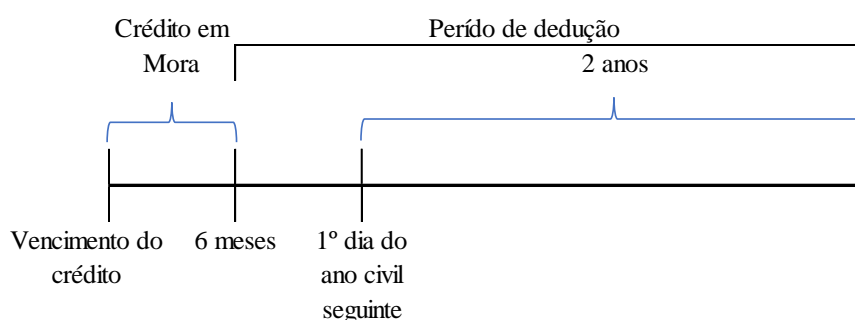
- Alínea a) do n.º 2 do artigo 78.º-A do CIVA: relativo a créditos de cobrança duvidosa procedimento com necessidade de pedido de autorização.



* Só a partir dos 24 meses é possível regularizar o IVA em cobrança duvidosa (que não o referido na alínea b) do n.º 2 do artigo 78.º-A e os créditos incobráveis do n.º 4 do artigo 78.º-A).

Este procedimento de regularização do IVA poderá ser muitas vezes consequência de o os factos relevantes referidos nas alíneas do n.º 4 do artigo 78.º-A do CIVA (ponto anterior).

- Alínea b) do n.º 2 do artigo 78.º-A do CIVA: relativo a créditos de cobrança duvidosa em mora há mais de 6 meses desde a data de vencimento do crédito se o valor não for superior a 1750 € (IVA incluído) e o devedor seja particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confirmam direito à dedução.



O n.º 1 do artigo 78.º-A do CIVA refere que para a dedução do imposto respeitante a créditos considerados de cobrança duvidosa e a créditos considerados incobráveis devem ser evidenciados como tal na contabilidade.

O Sistema de Normalização Contabilística⁴⁶, na sua Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 12 – Imparidade de Ativos, define perda por imparidade como o excedente da quantia escriturada de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, em relação à sua quantia recuperável.

Apesar de ser a norma específica, a NCRF 12 – Imparidade de Ativos remete o reconhecimento da imparidade de ativos financeiros abrangidos no âmbito da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, como é o caso dos créditos a clientes, para essa mesma norma.

Ora, o parágrafo 24 da NCRF 27 refere que “em cada data de relato, uma entidade deve avaliar a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo

⁴⁶ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, tendo entrado em vigor a 1 de janeiro de 2010.

valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a entidade dever reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados”. Já no parágrafo 25 da mesma norma são descritas algumas formas de perceber se o ativo está em imparidade. No caso concreto dos créditos a clientes, a norma sugere como indícios de imparidade a significativa dificuldade financeira do devedor, o não pagamento ou incumprimento no pagamento da amortização de dívida, uma elevada probabilidade de o devedor entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira, etc.

De salientar que só por mero acaso o reconhecimento da imparidade contabilística ocorrerá no mesmo o exercício em que se verifica a imparidade fiscal. Caso as imparidades contabilística e fiscal não ocorram no mesmo exercício, em princípio, a imparidade contabilística ocorrerá primeiro. Nesta situação teremos, no âmbito do imposto sobre o rendimento, uma diferença temporária dedutível (de acordo com a NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento), uma vez que a imparidade não aceite fiscalmente naquele período, poderá ser aceite em períodos futuros. Isto porque as normas tributárias se regem por critérios cujo objetivo é o cálculo de impostos, em que se cumprem princípios de igualdade e objetividade. Por outro lado, as normas contabilísticas, que também devem ser objetivas, têm como objetivo transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da realidade económica e financeira da entidade em causa. Nesse sentido, a aplicação das normas contabilísticas implica um conjunto de julgamentos e opções por parte do órgão de gestão que o legislador não permite do ponto de vista fiscal.

CONCLUSÃO

Os meses que resultaram no presente relatório foram de muitíssima aprendizagem e conhecimento. O estágio permitiu aprofundar em muitos aspetos as competências fiscais, contabilísticas e de auditoria.

A auditoria fiscal apresenta-se como uma área de atuação que, por um lado, é independente da auditoria financeira (no âmbito da Revisão Legal de Contas), por outro, complementa-a e será obrigatória para uma auditoria financeira fiável. Quando independente, a auditoria fiscal será exercida como consultoria externa, pela autoridade tributária ou por auditores internos da entidade.

Apesar do foco deste trabalho ser a auditoria fiscal externa realizada no âmbito de consultoria ou da Revisão Legal das Contas, a revisão da literatura e a prática (ainda que reduzida) permite afirmar que toda a forma de auditoria fiscal utiliza como matéria prima a realidade das “nossas” empresas, e tem como suporte as diversas leis, normas, jurisprudência e interpretações emitidas e/ou produzidas pelas entidades competentes (Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Tribunal de Justiça da União Europeia, Assembleia da República, Governo, Assembleias Municipais, Autoridade Tributária e Aduaneira, Supremo Tribunal de Administrativo, entre outros organismos).

Relativamente ao estágio propriamente dito, as experiências e os trabalhos foram diversos e extremamente enriquecedores. O contacto com vários tributos (tal como o IVA, o IRC, o imposto do selo, IRS, entre outros) permitiu perceber como funciona o sistema fiscal português e o quão importante é para as organizações, tanto do ponto de vista do cumprimento da lei, como do ponto de vista financeiro.

Um planeamento fiscal adequado pode evitar riscos financeiros e exponenciar a eficiência fiscal. Os riscos financeiros advêm do não cumprimento das normas fiscais, que poderão ter como resultado coimas e contraordenações. Por outro lado, a eficiência fiscal é importante para que as entidades não tenham de suportar tributos, que do ponto de vista legal não lhes seria exigido mediante uma correta e completa compreensão da lei fiscal. As situações identificadas podem acrescentar recursos financeiros e liquidez às entidades.

O desenvolvimento teórico do tópico da recuperação do IVA de créditos considerados de cobrança duvidosa ou considerados incobráveis foi um exercício relevante, uma vez que durante o estágio foram emitidas certificações pela entidade colhedora nas quais houve o

suporte da equipa de *Tax* nesses trabalhos. A temática é bastante relevante, uma vez que a crise que Portugal atravessou até 2014/2015 tiveram, entre outras, como consequência a perda de capacidade de entidades solverem os seus compromissos, sendo que algumas dessas situações resultaram em processos de insolvência. Ainda hoje se vivem resultados da crise passada. Para os fornecedores a recuperação do IVA e dadas as exigências legais, este cenário torna-se uma oportunidade de negócio para os ROC.

Apesar dos constrangimentos de tempo e oportunidade que fizeram com que o relatório de estágio não fosse mais desenvolvido nos aspetos por ele mencionados, a opinião pessoal final é positiva no que respeita à aprendizagem e conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, B. (2017). *Manual de Auditoria Financeira: uma análise integrada baseada no risco* (2ª Edição). Escolar Editora.
- Alves, G. & Costa, C. B. (2013). *Contabilidade Financeira*. Rei dos Livros. 8ª Edição.
- Alves, N., Pereira, A. & Silva, E. (2016). O Recurso a Procedimentos de Auditoria Financeira no Combate à Fraude e Evasão Fiscais. *Revista de Contabilidade & Finanças*. Nº 124.
- Amorim, J. C. (2016). *Aplicação dos procedimentos de auditoria fiscal às áreas da contabilidade: considerações gerais*. XVI CICA de 2017. Disponível em https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais_site/248.pdf
- Arnaldo, A. (2017). *O Regime de Recuperação de IVA de Créditos de Cobrança Duvidosa ou Incobráveis: Balanço Crítico*. Cadernos IVA 2017. Almedina.
- Autoridade Tributária e Aduaneira (2014). Ofício Circulado n.º 30161/2014. Disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/instrucoes_administrativas/Documents/IVA-of%20circ%2030161.pdf
- Autoridade Tributária e Aduaneira (2016). Processo n.º 10516, por despacho de 14-06-2016, do SDG do IVA, por delegação do Diretor Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira – AT. Disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/Informacao_10516.pdf
- Aviso n.º 8256/2015, 27 de julho. Diário da República n.º 146/2015, Série II. Ministério das Finanças - Secretaria-Geral. Lisboa.
- Bastos, R. (2004). *Auditoria Tributária: Uma abordagem Conceptual*. X Congresso de Contabilidade.
- Borges, A., Rodrigues, A. & Rodrigues, R. (2010). *Elementos de Contabilidade Geral*. Áreas Editora. 25ª Edição.
- Costa, C. B. (2017). *Auditoria Financeira – Teoria & Prática*. Rei dos Livros. 11ª Edição.

- Decreto de aprovação da Constituição, de 4 de outubro. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Presidência da República. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 102/2008, de 20 de junho. Diário da República n.º 118/2008, Série I. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Diário da República n.º 133/2009, Série I. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro. Diário da República n.º 201/1986, Série I. Ministério da Justiça. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro. Diário da República n.º 262/2003, Série I-A. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 374-D/79, de 10 de setembro. Diário da República n.º 209/1979, 1º Suplemento, Série I. Ministério das Finanças – Secretaria de Estado do Orçamento – Direção-Geral das Contribuições e Impostos. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro. Diário da República n.º 297/1984, 1º Suplemento, Série I. Ministério das Finanças e do Plano - Secretaria de Estado do Orçamento. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro. Diário da República n.º 301/1998, Série I-A. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro. Diário da República n.º 277/1988, 2º Suplemento, Série I. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 474344/66, 25 de novembro. Diário do Governo n.º 274/1966, Série I. Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Diário da República n.º 106/2015, Série I. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Directiva 2006/112/CE do Conselho de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado. Jornal Oficial da União Europeia. Conselho da União Europeia. Bruxelas.

- Gonçalves, M. (2010). Subsídios para a compreensão da auditoria fiscal. *Revista de Auditoria Interna*, 37, janeiro-março 2010, 8-16. Disponível em http://www.ipai.pt/fotos/gca/37_1502473278.pdf
- Higson, A. (2009). Effective financial reporting and auditing: importance and limitations. In: Gardner, C. (ed.). *Qfinance: the Ultimate Resource*. London: Bloomsbury Information Ltd, 284-286.
- International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados*. (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas). Disponível em <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/2016/ManualNT20161.pdf>
- International Federation of Accountants (2009). *Norma Internacional de Auditoria (ISA) 200 – Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria*. In: International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).
- International Federation of Accountants (2009). *Norma Internacional de Auditoria (ISA) 315 – Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente*. In: International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).
- International Federation of Accountants (2009). *Norma Internacional de Auditoria (ISA) 320 – A materialidade no planeamento e na execução de uma auditoria*. In: International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

International Federation of Accountants (2009). *Norma Internacional de Auditoria (ISA) 500 – Prova de auditoria*. In: International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

International Federation of Accountants (2009). *Norma Internacional de Auditoria (ISA) 520 – Procedimentos Analíticos*. In: International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

International Federation of Accountants (2009). *Norma Internacional de Auditoria (ISA) 560 – Acontecimentos subsequentes*. In: International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

International Federation of Accountants (2015). *Norma Internacional de Auditoria (ISA) 705 (revista) – Modificações à opinião no relatório do auditor independente*. In: International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

International Federation of Accountants (2015). *Norma Internacional sobre Controlo de Qualidade (ISQC) 1 – Controlo de Qualidade para Firmas que Executem Auditorias e Revisões de Demonstrações Financeiras e Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* In: International Auditing and Assurance Standards Board (2015). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

- Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro. Diário da República n.º 174/2015, Série I. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 150/99, de 11 de setembro. Diário da República n.º 213/1999, Série I-A. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro. Diário da República n.º 11/2014, Série I. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Diário da República n.º 121/2013, Série I. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 41/2013, de 26 de junho. Diário da República n.º 252/2012, 1º Suplemento, Série I. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 8/2018, de 2 de março. Diário da República n.º 44/2018, Série I. Assembleia da República. Lisboa.
- Lopes, A. & Silva, E. (2017). *A Prova em Auditoria e as Metodologias de Amostragem*. Vida Económica. 1ª Edição.
- Lourenço, J. (2000). *A auditoria fiscal*. (2ª edição). Vislis Editora.
- Machado, J. & Costa, P. (2016). *Manual de Direito Fiscal – Perspetiva Multinível*. Almedina. 1ª Edição.
- Nabais, J. C. (2016). *Direito Fiscal* (9.ª Edição). Almedina.
- Neves, J. C. (2015). *Análise e Relato Financeiro – Uma visão integrada de gestão* (8.ª Edição). Texto Editora.
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2011). *Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*. Disponível em <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Bastonario/2011/CodigoEtica2011.pdf>
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2017). Guia de Aplicação Técnica n.º 1 (Revisto) Aplicação das normas internacionais de auditoria (ISA) – Novos modelos de Certificação Legal das Contas/Relatórios de Auditoria.
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2017). Guia de Aplicação Técnica n.º 10; Outros trabalhos de fiabilidade – Certificação de créditos considerados de cobrança duvidosa ou incobráveis nos termos do CIVA.

- Palma, C. & Oliveira, A. (2017). *Cessão do Crédito ao Reembolso do IVA pelo Sujeito Passivo*. Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal, FDL. Almedina. 1ª Edição.
- Santos, B. & Simões, J. (2017). A regularização do IVA nos créditos de cobrança duvidosa e nos créditos incobráveis. *Revista Contabilista*, 212.
- Sexta Directiva do Conselho de 17 de maio de 1977, relativa à harmonização das legislações dos Estados-membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios – sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado: matéria coletável uniforme (77/38/CEE). Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas.